



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

AVALIAR A ATRIBUIÇÃO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PELOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MG

Autores: LAURA MARIA DE SOUZA PEDROSA, RAFAELA TEREZINHA DE SOUZA FRANCISCO, MARIA FERNANDA SANTOS FIGUEIREDO BRITO, LUCINEIA DE PINHO, FABIANA APARECIDA MAIA BORBOREMA, VIVIANE MAIA SANTOS, MONICA THAÍS SOARES MACEDO

Introdução

No vasto cenário de trabalho na área da saúde surge, em 1994, a Estratégia Saúde da Família (ESF) tendo como objetivo melhorar o estado de saúde da população. Tal estratégia fundamenta-se nas ações de promoção, proteção, diagnóstico precoce, tratamento e recuperação da saúde, em conformidade com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2011).

O agente comunitário de saúde (ACS) integra a equipe mínima, composta ainda por um dentista, auxiliar e/ou técnico de saúde bucal, enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem (GOMES, 2016). Sendo assim, o agente comunitário de saúde (ACS) é um componente ativo no processo de solidificação da estratégia como política integrativa da saúde, tendo como atribuições prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas (BRASIL, 2012).

Diante destas considerações, o objetivo deste estudo é avaliar a atribuição de atualização cadastral pelos agentes comunitários de saúde na atenção primária do município de Montes Claros, Minas Gerais.

Material e métodos

O presente estudo corresponde à apresentação parcial dos dados, do projeto de pesquisa intitulado “Condições de trabalho e saúde de agentes comunitários de saúde do norte de Minas Gerais”, que tem como proposta avaliar os aspectos emocionais, hábitos de vida, riscos ocupacionais, capacidade para o trabalho, além de avaliação física e bioquímica. Trata-se de um estudo transversal e descritivo, realizado entre julho e setembro de 2018, com agentes comunitários de saúde (ACS) da cidade de Montes Claros - MG.

Foi realizado um estudo piloto com um grupo de agentes comunitários de saúde. Como critério o ACS deveria ter de um a seis meses de atuação na equipe. O instrumento utilizado neste estudo foi um questionário estruturado e autoaplicável com 64 perguntas, contemplava as atribuições dos agentes comunitários de saúde. Como opções de respostas; Nunca; Raramente; Às vezes; Quase sempre; Sempre; e se concordavam ou discordavam com a atribuição.

Os dados obtidos foram categorizados e processados eletronicamente por meio de estatística descritiva, utilizando o programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 18.0 calculando a frequência em n e %.

Resultados e Discussão

Participaram deste estudo 15 ACSs, dentre os quais 10 são do sexo feminino, com idade entre 18 e 44 anos. Todos os agentes têm carga horária de trabalho de 40 horas semanais, sendo 4 deles concursados. 11 participantes possuem 4 a 6 meses de tempo de trabalho como acs, 2 possuem mais de 14 anos e 2 deles possuem menos de 2 meses. Dois agentes são técnicos de enfermagem e os demais não possuem formação na área da saúde.

Considerando as atribuições desempenhadas, 80% dos agentes comunitários de saúde realizam sempre a atualização cadastral individual e domiciliar. Acrescido deste valor 13,3% afirma realizar quase sempre a atualização cadastral. Este achado foi superior ao encontrado por Garcia *et al* (2017) que apresentou 51,2% .

Conclusão

A atualização cadastral faz parte das atribuições como melhoria do atendimento a população. Por meio do estudo foi demonstrado que o ACS cumpre com o seu papel preestabelecido pela sua competência de trabalho.

Agradecimentos

Ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médico – PIBIC/EM, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV) das Faculdades de Saúde Ibituruna (FASI).

Esta pesquisa atendeu aos preceitos éticos estabelecidos pela Resolução n. 466/2012 e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob protocolo n° 2.425.756.

Referências Bibliográficas



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: MS; 2012..

BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

GARCIA, A.C.P. et al. Agente comunitário de saúde no espírito santo: do perfil às atividades desenvolvidas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 283-300, jan./abr. 2017

GOMES, R. C. M. O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da educação popular em saúde: possibilidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(5):1637-1646, 2016

Tabela 1: Atribuições realizadas por agentes comunitários de saúde

Frequência	Realização de atualização dos cadastros
Nunca	0%
Raramente	6,6%
Às vezes	0%
Quase sempre	13,3%
Sempre	80%
Não respondeu	0%